

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

BRASÍLIA / DF

Abril de 2009

SUMÁRIO

1-	Apresentação.....	3
2-	Público Alvo e Requisitos Mínimos.....	4
3-	Justificativa.....	5
4-	Objetivos.....	7
5-	Perfil do egresso.....	8
6-	Princípios Orientadores.....	9
7-	Carga Horária e Duração do Curso.....	10
8-	Organização Curricular e Orientações Metodológicas.....	11
9-	Orientações para o Estabelecimento do Fluxo Curricular.....	12
10-	Avaliação da Aprendizagem.....	14
11-	Operacionalização do curso.....	15
12-	Acompanhamento e Monitoramento do \curso	16
14-	Bibliografia	16

Anexos

Anexo 1 – Ementário

Anexo 2 – Roteiro de Ações e Responsabilidades

Anexo 3 - Distribuição de Funções

1 – APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a proposta de realização do **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica**, no âmbito do *Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública*, vinculado à Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (SEB/MEC). O curso é voltado para a formação continuada e pós-graduada de profissionais que atuam em equipes de gestão pedagógica em escolas públicas de educação básica.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública¹ compõe o Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” e integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), articulando-se, portanto, às ações ministeriais de mobilização em torno da melhoria da Educação Básica e do fortalecimento da escola pública brasileira.

As políticas da SEB/MEC para articulação e/ou fortalecimento dos sistemas de ensino e das escolas públicas sustentam-se nos princípios de descentralização e parceria com entes federados e entidades nacionais do campo da educação, tendo como pilares a afirmação do direito à educação e a gratuidade do ensino, inclusive no âmbito da formação continuada dos profissionais da educação. Ainda, considerando a realidade multifacetada que caracteriza a educação brasileira, as políticas vêm sendo produzidas e implementadas com a participação de várias instituições, destacando-se a interlocução com entidades e organizações como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Fórum de Diretores de Faculdades de Educação (FORUNDIR), União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

Ressalte-se ainda o destaque dado à parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, especialmente pelo reconhecimento de que são espaços privilegiados de

¹ Em 2005, sob a Coordenação do INEP, o *Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública* foi implantado em caráter experimental por meio do projeto piloto de um curso de formação continuada para dirigentes escolares. A partir de 2006, passou a ser coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e foi reestruturado, ampliando objetivos e incorporando novas tendências educativas, conforme indicação feita após análise de outros quatro programas de formação de gestores escolares (Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares/PROGESTÃO, Programa de Formação Continuada de Gestores da Educação Infantil e Fundamental/PROGED, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores/CINPOP e Programa de Formação de Gestores da Educação Pública – UDJF). Em 2009, por meio da Portaria MEC Nº 145, de 11/02/2009, foram normalizadas as formas de organização, execução e gerenciamento, tornando evidente a vinculação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública às ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

produção e difusão de conhecimento, o que inclui a formação das equipes que atuam na educação básica com a perspectiva de uma educação de qualidade.

Com a proposta deste curso, a SEB/MEC explicita seu entendimento de que a formação continuada de Coordenadores Pedagógicos é de suma importância para o fortalecimento da educação inclusiva e da gestão democrática na educação pública. Neste sentido, a formação que se quer proporcionar pauta-se no estudo de temas como política educacional, gestão democrática, cultura e currículo, processos de ensino-aprendizagem, processos comunicacionais, planejamento e avaliação que se articulam na discussão sobre a **Organização do Trabalho Pedagógico**, foco da intervenção do Coordenador Pedagógico, enquanto integrante da equipe gestora da escola.

Considerando o elevado número de profissionais que exercem a função de Coordenadores Pedagógicos nas instituições públicas de educação básica, bem como as dificuldades que muitos deles encontram na efetivação de sua formação continuada e pós-graduada, a proposta será desenvolvida na **modalidade do ensino a distância** (EaD). O ensino a distância, mediado pelas diferentes tecnologias de informação e comunicação, vem sendo utilizado como alternativa para ampliar a oferta de cursos de formação continuada e pós-graduada, em especial nas regiões onde a oferta de alternativas de formação se apresenta ainda insuficiente.

Com base nestas considerações a Secretaria de Educação Básica apresenta para as Universidades Públicas o *Projeto Pedagógico do Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica* a ser ofertado na modalidade de ensino a distância, mediante a estratégia de descentralização de recursos financeiros efetivada pelo MEC\FNDE.

2 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS MÍNIMOS.

O curso destina-se aos Coordenadores Pedagógicos e/ou profissionais que exercem função equivalente e integram a equipe gestora da escola de Educação Básica. Os seguintes requisitos serão considerados:

- Ser graduado em Pedagogia ou outra licenciatura plena.
- Pertencer à rede pública municipal e/ou estadual de educação básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional.
- Ter disponibilidade para dedicar, no mínimo, 10 horas/semanais ao curso.

- Ter disponibilidade para participar dos encontros presenciais nos locais previstos.

3 - JUSTIFICATIVA

A proposta de um curso de formação continuada para os profissionais que atuam na área da coordenação pedagógica nasce do reconhecimento da importância desse profissional para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro. De fato, o Coordenador Pedagógico, sendo um membro da equipe gestora da escola, desenvolve o importante papel de articulador e integrador dos processos educativos. Espera-se, pois, que sua atuação e seu trabalho contribuam, de maneira significativa, para que se realize no interior da escola um ambiente educativo capaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem, do conhecimento, do trabalho coletivo e interdisciplinar, da ética e da cidadania, na perspectiva de uma educação e uma sociedade cada vez mais inclusiva.

O papel de articulador e integrador de processos educativos é, sem dúvida, bastante abrangente. Entretanto, antes de ganhar essa amplitude, o trabalho do Coordenador Pedagógico assumiu contornos diversos, acompanhando, ao longo do tempo, os diferentes contextos das reformas educacionais. Sua origem remonta à década de 1920, quando, no Brasil, buscava-se estruturar as políticas públicas de educação que visaram neutralizar as propostas educacionais formuladas pelos movimentos populares. Uma escola pretensamente neutra e capaz de homogeneizar competências e hábitos, fundada na hierarquização de tarefas, que instituiu, portanto, uma dicotomia no trabalho pedagógico. Neste contexto, o coordenador pedagógico aparecia como o responsável pelo acompanhamento e, especialmente, o controle do trabalho do professor.

Nas décadas seguintes até o auge do tecnicismo dos anos 70, a dicotomização do trabalho pedagógico foi ainda mais potencializada pela ênfase que se deu à divisão entre planejamento e execução, ou seja, entre as funções dos gestores escolares e o trabalho do professor em sala de aula. Nessa época, a figura do Coordenador Pedagógico simbolizava a divisão do trabalho escolar e hierarquização do poder na escola.

Foi somente nos anos 1980, em um contexto marcado pelo movimento de democratização das relações extra e intra-escolares, com centralidade no trabalho do docente e nos processos de gestão, que a função do Coordenador Pedagógico ganhou nova roupagem, estabelecendo-se na busca de superação de dicotomias entre teoria e prática, pensar e fazer,

concepção e execução, professor e gestor. Nessa conjuntura, do Coordenador Pedagógico espera-se que se envolva efetiva e intensamente no processo de articulação da organização do trabalho pedagógico, bem como, na promoção de relações democráticas no interior das instituições educativas.

Embora seja reconhecida a importância do trabalho desse profissional para o pleno desenvolvimento da função da escola, sabe-se que os Coordenadores Pedagógicos convivem com dificuldades e enfrentam obstáculos na realização de sua tarefa. Um flagrante desvio de função, associado à preocupação constante com o desempenho escolar e à rotina de trabalho burocratizado produzem incertezas entre os Coordenadores Pedagógicos. Muitas vezes encontram-se isolados e percebem-se fragilizados e com dificuldades para uma eficiente atuação na função. Essa situação adversa tem promovido uma indefinição na identidade desse profissional, fato que gera conflitos e disputas no interior da escola. A busca por uma identidade ou mesmo um perfil ocupacional comum aos Coordenadores Pedagógicos apresenta-se como um desafio em todo o território nacional.

Além disso, é preciso levar em consideração que no Brasil, os sistemas de ensino possuem autonomia para organizar e estabelecer cargos e funções para o conjunto de seus trabalhadores, bem como, a definição das formas de acesso e provimento de cargos e ou funções. Vale mencionar que em alguns deles, o cargo de Coordenador Pedagógico integra um plano de carreira ou está definido no estatuto do magistério, em outros a coordenação pedagógica é uma função exercida por professores de carreira.

Em que pesem a multiplicidade de tarefas que assume no interior das instituições educativas e mesmo a diversidade das formas de acesso ao cargo, o Coordenador Pedagógico tem, por atribuição precípua, articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar, subsidiar o professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Deste modo, como profissionais essenciais na organização e articulação dos processos educativos que ocorrem nas escolas, esses profissionais devem ser capazes de compreender as múltiplas dimensões que estruturam a prática pedagógica.

Por um lado, tem-se a dimensão daquilo que mais diretamente se liga aos atos educativos pois incidem sobre as práticas pedagógicas, seus problemas e resultados escolares. Em outras palavras, esta é a dimensão que compreende os processos de ensinar e de aprender, a interação professor-aluno, as a forma de tratamento pedagógico dado aos conhecimentos e seu processo de socialização, conforme os diferentes campos do saber, metodologias específicas, concepções de aprendizagem, planejamento e de avaliação.

Por outro lado, tem-se a dimensão que envolve as relações inter individuais, profissionais e pessoais, que, no cotidiano escolar, os indivíduos estabelecem entre si e que são, também, estruturantes do fazer pedagógico na medida em que articulam e integram saberes, práticas, visões de mundo e de sociedade. Essa é uma dimensão de caráter político, social, econômico e cultural que engendra a idéia da educação como um bem público e do ato educativo como uma prática social que se dá em contextos de heterogeneidade e pluralidade cultural. Certamente que tal consideração conduz a preocupação dos Coordenadores Pedagógicos para o entendimento da relação da escola e de seus sujeitos com um contexto mais amplo e os prepara para o enfrentamento de questões educacionais como a inclusão e a permanência do aluno, a diversidade social, étnica, religiosa e cultural, além de favorecer o desenvolvimento de ações orientadas por projetos pedagógicos, cujos horizontes sejam tanto a democratização da educação e da escola, quanto, o respeito ao direito de aprender.

Essas dimensões evidenciam, pois, a dinamicidade, o antagonismo e a complexidade dos contextos nos quais o Coordenador Pedagógico atua. É, pois, no interior das instituições de ensino que o trabalho educativo precisa ser organizado e re-articulado, nele imprimindo-se qualidade, de modo a viabilizar o consagrado direito à educação, este, materializado na aprendizagem e na permanência com sucesso dos alunos.

Neste sentido, o curso deverá promover a integração dos conhecimentos sobre os processos de gestão e organização do trabalho educativo com discussões e reflexões sobre a prática pedagógica à luz de um referencial teórico-metodológico fundamentado na perspectiva crítico-transformadora.

4 - OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

- Formar, em nível de pós-graduação *lato sensu*, coordenadores pedagógicos que atuam em instituições públicas de educação básica, visando à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem.

4.2. Objetivos específicos

- Promover a reflexão sobre o trabalho pedagógico e gestão democrática que favoreçam a formação cidadã do estudante;
- Possibilitar a vivência de processos de produção de conhecimento que busquem uma melhor compreensão da escola em suas determinações;
- Estimular o desenvolvimento de práticas de coordenação do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar;
- Contribuir para a reflexão e a prática do coordenador pedagógico junto ao professor na realização do processo de ensino-aprendizagem;
- Possibilitar o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do projeto pedagógico, bem como da articulação, integração e organização das ações pedagógicas.

5 - PERFIL DO EGRESSO

Com base no exposto espera-se que o Coordenador Pedagógico, egresso desse curso, seja capaz de:

- Aprofundar a compreensão da educação escolar como direito fundamental do cidadão e como instrumento de emancipação humana no contexto de uma sociedade com justiça social;
- Comprometer-se com a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido na escola, participando dos processos de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e assegurando a participação efetiva de toda a comunidade escolar;
- Incentivar o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a articulação e a integração das ações pedagógicas;
- Participar do fortalecimento da gestão democrática do ensino por meio da construção do trabalho coletivo e da articulação da unidade escolar com as diretrizes propagadas pelo sistema de ensino;
- Compreender a realidade escolar e a gestão dos processos educativos nas dimensões social, política, cultural, econômica e pedagógica.

- Valorizar a vivência investigativa e a busca do aperfeiçoamento profissional contínuo;
- Compreender os meios de comunicação como espaços de produção, socialização e disseminação de informações, saberes, conhecimentos e culturas e, portanto, como possibilidades de descentralização de poderes e de promoção da autonomia;
- Dominar e utilizar ferramentas tecnológicas no campo da organização dos processos de trabalho nos sistemas e unidades de ensino, tomando-as como importantes ferramentas para realização da gestão democrática da educação.

6 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Os princípios abaixo fundamentaram a formulação e organização deste curso e devem, pois, ser considerados no processo de sua implementação. São princípios de caráter político, ético e pedagógico que são orientadores das reflexões e decisões relativas ao processo de gestão do curso, e que visam a qualidade da educação como compromisso.

- **Direito à Educação**

Adotar o direito à educação como princípio orientador significa evidenciar a escola como lugar de aprendizagens efetivas e consistentes e capaz de proporcionar às novas gerações o acesso aos saberes e bens culturais produzidos pela humanidade. Significa, portanto, reafirmar as potencialidades emancipatória e inclusiva dos processos de escolarização garantindo o acesso e a permanência, respeitando a diversidade numa escola que ofereça educação com qualidade socialmente referenciada.

- **Gestão democrática**

Na base deste princípio está a participação da comunidade escolar no processo de organização do trabalho pedagógico. A gestão democrática se fortalece na e pela consolidação de um projeto político-pedagógico que reafirma os interesses e as vontades coletivamente expressas, ou seja, os diferentes sujeitos envolvidos no processo educacional são colocados em relação, consolidando a cooperação e uma profícua discussão entre a comunidade escolar. A gestão democrática é, pois, um princípio que sustenta a importância dos consensos negociados e das intervenções organizadas nas esferas das decisões políticas, como expressões de uma gestão social do espaço escolar.

- **Formação continuada crítica e promotora da identidade profissional**

O processo de formação continuada pressupõe o exercício da reflexão para o desenvolvimento profissional. Para isso, é fundamental criar oportunidades de estudos solidamente fundamentados e criticamente situados. Deve proporcionar o aprofundamento da compreensão sobre a realidade escolar, a transformação das práticas pedagógicas e das condições de trabalho, bem como a consolidação da identidade do profissional da educação. Ao mesmo tempo, deve consolidar uma compreensão da escola como espaço formativo, na perspectiva de que é fundamental construir, no cotidiano da escola, momentos, espaços e processos em que professores e demais sujeitos da educação desenvolvam práticas de formação articuladas à prática educativa.

- **Articulação teoria-prática**

A articulação teoria-prática indica uma reflexão que produz transformações na compreensão da realidade escolar e das ações concretas que se desenvolvem na escola, possibilitando profundidade teórica e abertura para novas formas de atividade. É, pois, fundamental proporcionar uma formação que tenha como ponto de partida e de chegada a escola, a prática educativa, de modo a fortalecer e consolidar o trabalho do Coordenador Pedagógico.

- **Integração dos elementos curriculares**

Esse princípio orienta para o estabelecimento de um trabalho de formação capaz de evidenciar as contribuições dos diferentes campos do saber e de sua interdependência, de modo a oportunizar uma compreensão cada vez mais clara da realidade escolar. Considera-se importante proporcionar uma visão aprofundada e abrangente da particularidade e da complexidade do fenômeno educativo escolar.

7 - CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

O curso proposto reúne uma carga horária total de 405 horas a ser cumprida no período mínimo de 12 meses e máximo de 18 meses.

8 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A proposta curricular deste curso busca favorecer reflexões e produzir melhorias nas práticas cotidianas das coordenações pedagógicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica pública. Isso requer dos Coordenadores Pedagógicos a compreensão sobre sua função e sobre a importância de seu papel para o desenvolvimento da educação e da escola. Requer ainda justa percepção do alcance de suas ações, das dificuldades e alternativas que se lhe apresentam no dia-a-dia das instituições educativas.

O currículo do curso é estruturado em torno do eixo **Organização do Trabalho Pedagógico**. A opção por essa denominação para o eixo integrador do curso justifica-se pelo fato de que ela sintetiza a dupla abrangência da função de Coordenação Pedagógica numa instituição educacional: o âmbito da escola compreendida como local social de formação crítica e cidadã e o âmbito da sala de aula, espaço em que a prática educativa acontece de forma planejada e intencional.

Situar o **Trabalho Pedagógico** no eixo estruturante do currículo deste curso significa concebê-lo, não apenas como o domínio sobre o qual incidirão os estudos e reflexões propostas, mas também como uma indicação do caminho a seguir neste processo de formação. Trata-se de promover a reflexão sobre os diferentes âmbitos de atuação do Coordenador Pedagógico, dando realce àquilo que nos espaços educativos se constituem como ferramentas para sua intervenção. Trata-se, pois, de valorizar a teoria e a prática educativas, interligando-as no decorrer do processo de formação de modo a promover uma reflexão problematizadora da realidade escolar. Em outras palavras, a articulação teoria-prática buscará promover a análise fundamentada e crítica de questões do cotidiano escolar que configurem e, ao mesmo tempo, promovam transformações no trabalho da coordenação pedagógica, fortalecendo-o no interior da escola.

Nesse sentido, a matriz curricular do curso foi organizada por temáticas que se relacionam aos dois níveis de abrangência do trabalho pedagógico do profissional em questão, às quais serão desenvolvidas em **Salas Ambientais**. Nessas salas, abaixo apresentadas, os conteúdos serão estudados à luz do eixo central, de modo a proporcionar oportunidades de sínteses integradoras e promotoras de melhorias na prática dos Coordenadores Pedagógicos.

- Sala Ambiente – Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico. (30 horas).
- Sala Ambiente – Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino. (45 horas).

- Sala Ambiente - Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. (45 horas).
- Sala Ambiente - Avaliação Escolar. (45 horas).
- Sala Ambiente - Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. (45 horas).
- Sala Ambiente - Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico. (45 horas).
- Sala Ambiente - Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. (45 horas).
- Sala Ambiente - Tópico Especial. (45 horas).
- Sala Ambiente - Metodologia do Trabalho Científico – MTC (45 horas).

Além das Salas Ambientes que integram a estrutura curricular básica do curso, há ainda a *Sala de Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual*, de 15 horas que é destinada à familiarização e manejo de ferramentas que compõem o ambiente virtual de aprendizagem.

Os conteúdos, sua forma de abordagem, os objetivos, as ementas e bibliografia de cada Sala e as respectivas cargas horárias estão apresentados no ANEXO 1 – Ementário – ao final do projeto.

9 - ORIENTAÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DO FLUXO CURRICULAR

Visando garantir as condições necessárias ao desenvolvimento do curso na conformidade dos parâmetros apresentados recomenda-se seguir as orientações abaixo para o estabelecimento do fluxo curricular:

- O curso será iniciado com a abertura da *Sala de Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual*, visto que ela preparará os cursistas para o manejo das ferramentas indispensáveis ao trânsito pelos diferentes ambientes virtuais de aprendizagem. A Sala permanecerá ativa por um período de 3 (três) semanas, tempo suficiente para possibilitar o exercício de uma navegação segura pelos diferentes recursos empregados nos hipertextos.
- A Sala Ambiente *Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico* por sua função problematizadora e a Sala Ambiente *Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino*, serão apresentadas simultaneamente, no início do curso, com duração de 9 (nove) semanas. A abertura dessas salas ambientes de forma simultânea justifica-se pelo fato de ambas potencializarem a reflexão a partir do fazer pedagógico-institucional, orientado pelo Projeto Político-Pedagógico da escola.

- Na sequência, serão iniciadas as Salas Ambientas ***Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar e Avaliação Escolar***, temas essenciais que estruturam o ato educativo no espaço escolar. De modo concomitante, essas Salas permanecerão abertas por um período de 12 (doze) semanas. Inaugurar-se-á, também neste período a Sala Ambiente ***Metodologia do Trabalho Científico (MTC)*** que permanecerá aberta até o final do curso com a finalidade de orientar a construção dos TCCs. Para que orientadores e cursistas possam dispor de tempo e condições suficientes para dedicação aos TCCs, essa Sala, em especial, será constituída por turmas de 20 cursistas e promoverá a regularidade do processo de orientação e elaboração dos TCCs. Para isso, está prevista a destinação de, aproximadamente, 1 (uma) hora semanal para orientações. Ao final do curso o tempo de dedicação ao TCC deverá ser ampliado, fortalecendo o trabalho de orientação.
- O fluxo continua com a abertura das Salas Ambientas ***Aprendizagem e Trabalho Pedagógico e Práticas e Espaços de Comunicação na Escola*** a serem desenvolvidas no período de 12 (doze) semanas. Tais salas se caracterizam pela reflexão dos desafios mais imediatos que norteiam o ato educativo
- Por fim, as salas ambientes ***Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica e Tópico Especial*** serão abertas juntas e deverão ser desenvolvidas no período de 12 (doze) semanas. A proposta de colocar a sala de ***Políticas*** no final do curso tem por objetivo estimular a reflexão do cursista, numa perspectiva de síntese, sobre as interrelações existentes entre os níveis micro e macro das políticas educacionais. Em relação à Sala Ambiente ***Tópico Especial***, a IES poderá escolher uma temática dentre as sete oferecidas, de acordo com os interesses e/ou necessidades das turmas.
- O fluxo curricular deverá ser fixado tendo-se em conta o tempo mínimo e máximo de duração do curso, conforme proposto neste projeto, bem como a necessidade de garantirem espaço e tempo destinados à realização de encontros presenciais.

A seguir apresenta-se uma alternativa para o fluxo curricular que corresponde às orientações acima e evidencia a duração mínima de 12 meses para o desenvolvimento do curso.

- Fluxo Curricular

Salas Ambientes (Componentes curriculares)		Carga Horária		Duração Mínima	
Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual		15 horas	15 horas	3 semanas	
Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico		30 horas	75 horas	9 semanas	
Projeto Político Pedagógico e Organização do Ensino		45 horas			
M T C	Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar	45 horas	10 horas de TCC	100 horas	12 semanas
	Avaliação Escolar	45 horas			
	Aprendizagem e Trabalho Pedagógico	45 horas	10 horas de TCC	100 horas	12 semanas
	Práticas e Espaços de Comunicação na Escola	45 horas			
	Tópico Especial	30 horas	40 horas de TCC	115 horas	12 semanas
	Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica	45 horas			
Total de CH e duração mínima do curso		405 horas		48 semanas (12 meses)	

10 - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A prática avaliativa a ser desenvolvida deverá evidenciar o caráter formativo e processual da avaliação. Isso significa que as atividades realizadas pelos cursistas deverão ser acompanhadas de modo contínuo pelos professores orientadores das turmas e pelos coordenadores de Salas. Essa equipe deverá manter-se em constante interação, visando à troca de informações, à apreciação conjunta do desempenho e à busca de soluções relacionadas às dificuldades dos cursistas em cada componente curricular.

Devido à importância da interação, o diálogo constituir-se-á na base do processo e conduzirá as ações de avaliação, cabendo aos professores orientadores das turmas a iniciativa de proporcionar os estímulos e incentivos necessários ao desenvolvimento dessa prática

pedagógica. Além disso, a avaliação do aprendizado deverá ser feita, tendo-se em conta os objetivos propostos em cada componente curricular.

Em todas as Salas Ambientais, no ambiente Moodle, serão apresentadas atividades que constituem uma referência para a apreciação do desenvolvimento do cursista, ou seja, cada sala ambiente apresentará um rol de atividades obrigatórias a serem desenvolvidas à distância. No entanto, outras atividades avaliativas poderão ser propostas pelas IFES e desenvolvidas, inclusive, nos momentos dos encontros presenciais.

Os procedimentos específicos de avaliação, bem como os critérios e valores mínimos de aproveitamento e frequência exigidos para aprovação, poderão ser estabelecidos conforme as normas acadêmicas de cada IFES. Recomenda-se, contudo a observação ao que já está definido na Resolução CNE/CES nº 1, de 08/06/ 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.

O Trabalho de Conclusão do curso (TCC) deverá ser desenvolvido ao longo do curso, sob orientação de um docente mestre ou doutor. O TCC será concretizado na elaboração de um estudo que culmine em uma proposta de ação que articule a organização do trabalho pedagógico e a busca de um ensino-aprendizagem de qualidade na escola de educação básica onde atua o cursista. Essa proposta de ação procurará, dentre outros aspectos, consolidar os fundamentos teórico-práticos desenvolvidos ao longo do curso por meio dos conteúdos e atividades das salas ambientais. O formato do TCC deverá atender aos critérios e/ou requisitos definidos pelas IES.

11 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO

O curso será desenvolvido numa versão para Internet, no ambiente Moodle. Esta versão on-line estará disponível no servidor do Ministério da Educação. Além disso, cada cursista receberá uma CD-ROOM com o conteúdo básico do curso, possibilitando a dedicação em horários específicos e individuais.

O curso propiciará aos participantes momentos de atividades pedagógico-didáticas presenciais e colocarão à disposição dos envolvidos informações gerais e específicas para o cursista e para o professor. Devem ser previstos, no mínimo, 3 (três) encontros presenciais, com participação obrigatória dos cursistas. Tais encontros deverão ocorrer em um período não superior a 4 meses e poderão assumir o formato de oficinas, seminários ou outras alternativas

que possibilitem a interação e o debate teórico-prático. O deslocamento dos cursistas para os pólos de apoio presenciais será planejado e custeado pelas secretarias municipais e estadual de cada estado em parceria com a SEB/MEC.

12 - ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO CURSO

A avaliação do Programa será de responsabilidade de uma equipe técnica especialmente designada pela SEB/MEC. A Coordenação Geral do Programa acompanhará o processo e disponibilizará os resultados da avaliação, além de tomar as medidas necessárias ao aprimoramento do referido Programa.

13 - BIBLIOGRAFIA GERAL

ALMEIDA, L. R. e PLACCO, V. M. N. S. (Org.). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança**. São Paulo : Loyola, 2008.

ALVES, N. e GARCIA, R. L. **O fazer e o Pensar dos Supervisores e Orientadores Educacionais**. São Paulo : Loyola, 1986.

ANDRÉ, M. E. D. (Org.). **Formação de professores no Brasil: (1990-1998)**. Brasília : MEC/Inep/ Cmpmped, 2002.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Projeto Computadores para Inclusão elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**. Publicado em outubro de 2006. In: <http://www.computadorparatodos.gov.br>.

BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. (Org.). **O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente**. São Paulo : Loyola, 2000.

CANDAU V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana** . Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

DAY, C. **Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Porto : Porto Editora, 2001.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Projeto Pedagógico e Escola de Periferia: sonho ou pesadelo. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 24, 2001, Caxambu. **Reuniões Anuais**. Caxambu : ANPED, 2001. Trabalho disponível em: <http://www.anped.org.br/inicio>.

GUIMARÃES, A. A. et al. **O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada**. São Paulo : Loyola, 1998.

FERREIRA. N. S. C. (Org.). **Supervisão Educacional para uma Escola de Qualidade**. São Paulo : Cortez, 2002.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). **Para onde vão a Orientação e a Supervisão Educacional?** Campinas : Papyrus, 2002.

MIAILLE, M. O cidadão Virtual. In: **Cadernos Adenauer IV: Mundo Virtual**. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, n. 06, Abril, 2004.

MOORE, M.e KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo : Thomson Learning, 2007.

UNESCO. **Educação na América Latina**. Brasília : OREALC, 2002.

SAMPAIO, M. M. F. **O cotidiano escolar face às políticas educacionais**. Araraquara/ SP : JM Editores, 2002.

VEIGA, I. P. A. e CUNHA, M. I. (Orgs.). **Desmistificando a Profissionalização do Magistério**. Campinas : Papyrus, 1999.

ANEXO 1 – EMENTÁRIO

Sala de Introdução ao Ambiente Virtual (15 horas)

Esta sala será elaborada por Sonia Sette e equipe

Descrição Geral:

Ementa:

Bibliografia Básica:

SALA AMBIENTE – Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico. (30 horas).**Descrição Geral:**

Com função problematizadora, esta Sala Ambiente buscará promover a construção de um olhar analítico e crítico da realidade educacional brasileira, articulando-o a uma reflexão sobre o fazer profissional do Coordenador Pedagógico no cotidiano escolar. Nesta Sala Ambiente os temas e questões que perpassam a organização do trabalho pedagógico que, em sua diversidade envolvem os aspectos social, econômico, político e cultural, serão a base para a reflexão pedagógica e articulados aos programas, planos e projetos empreendidos no interior da escola. Dessa análise contextualizada e crítica da realidade escolar e do trabalho do coordenador pedagógico, espera-se problematizar a gestão democrática e o papel da coordenação pedagógica; os desafios contemporâneos enfrentados pela instituição educacional e que dizem respeito à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Os estudos desenvolvidos nesta sala ambiente devem orientar a elaboração de temáticas a serem aprofundadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Ementa:

Análise crítica e de conjunto da prática do coordenador pedagógico. Aspectos históricos, sociais, culturais e políticos presentes na configuração do contexto educacional brasileiro e da escola mediados pelos dados oficiais. Políticas e programas nacionais implantados nas escolas brasileiras. A organização do trabalho pedagógico escolar, a gestão democrática e a mediação do coordenador pedagógico. Desafios para escola na atualidade: disciplina, liberdade, autonomia e violência na escola.

Bibliografia Básica:

ARROYO, M.. Quando a Violência Infanto-Juvenil Indaga a Pedagogia. In: **Educação & Sociedade**: revista de ciência da educação. Campinas: Cortez\CEDES. V. 28, Nº 100, 2007.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. In: **Educação & Sociedade**: revista de ciência da educação. Campinas: Cortez\CEDES. V. 28, Nº 100, 2007.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, M. e LESSARD, C. (Orgs.). **O Ofício de Professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SALA AMBIENTE – Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino. (45 horas).**Descrição Geral:**

Esta Sala oferecerá subsídios teórico-metodológicos para a reflexão, elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico e analisará o trabalho coletivo como estratégia de fortalecimento das individualidades e da instituição escolar. O Projeto Político-Pedagógico norteia a organização do trabalho pedagógico constituindo-se num importante canal de participação dos profissionais da educação e instrumento de democratização da gestão escolar. A sua elaboração e implementação requer trabalho coletivo, visando o exercício da autonomia e a construção da identidade institucional. Nessa abordagem buscar-se-á a compreensão de que, na perspectiva democrática e com foco no fazer pedagógico e organizacional e na aprendizagem, o Projeto Político-Pedagógico configura-se como documento norteador do planejamento e tem como ponto de partida a análise da realidade escolar e a articulação com os órgãos colegiados, especialmente com o Conselho Escolar e Conselhos de Série/Ciclo. Dessa forma, o tema desta Sala estabelecerá diálogos com as temáticas concernentes à realidade escolar, políticas educacionais e avaliação escolar.

Ementa:

Aspectos históricos, legais e políticos do planejamento escolar e de ensino na perspectiva democrática. Planejamento escolar e do ensino: conceituação, objetivos e finalidades. O Projeto Político Pedagógico e a análise da realidade escolar: condições para sua elaboração e implementação. O Projeto Político-Pedagógico e participação dos profissionais da educação no processo de democratização da gestão escolar. O PDE-Escola e sua relação com o Projeto Pedagógico da Escola. O Projeto Político-Pedagógico e a atuação do Conselho Escolar e do Conselho e Séries/Ciclos e a construção de relações interpessoais na perspectiva democrática.

Bibliografia Básica:

GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Orgs.). **Escolas Gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

VANCONCELLOS, C.S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **A Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. **Cadernos CEDES**, dez 2003, Vol.23, n.61, p. 267-281.

_____. (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2007.

SALA AMBIENTE – Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. (45 horas).

Descrição Geral:

Esta sala ambiente tem por centralidade a reflexão sobre a complexidade do currículo na organização do trabalho pedagógico. Propõe-se o estudo sobre o currículo como espaço de poder, cultura, ideologia e hegemonia; a análise das tendências atuais na organização curricular, tendo em vista o processo de aprendizagem dos alunos e a qualidade da oferta do ensino; a discussão sobre o currículo escolar frente às orientações nacionais, estaduais e municipais. A escola deve dialogar com as diretrizes curriculares, compreendendo-as dentro do seu contexto histórico e dos seus diversos níveis de articulação, além de conhecer as alterações sofridas pela LDB com a inclusão do currículo integrado.

Ementa:

Currículo escolar como espaço de poder, cultura, ideologia e hegemonia. Tendências atuais na organização curricular. Currículo na educação básica: diretrizes curriculares, parâmetros curriculares nacionais, base nacional curricular para a Educação Básica (SEB/MEC - Projeto Indagações Curriculares), e orientações curriculares específicas da escola, do município e do estado. Planejamento curricular como um instrumento de viabilização do direito à educação.

Bibliografia Básica:

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo : Cortez, 2005.

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas : Papyrus, 2003.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo : Cortez , 2002.

SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1998.

SEB/MEC. **Indagações Curriculares**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=com_content&task=view&id=1185%itemid=.

Com textos de: Antonio Flavio Moreira e Vera Maria Candau; Elvira Souza Lima; Miguel Arroyo; e Claudia de Oliveira Fernandes e Luiz Carlos de Freitas.

SILVA, T. T. **O Que Produz e o Que Reproduz em Educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SALA AMBIENTE – Avaliação Escolar. (45 horas).

Descrição Geral:

A avaliação como valioso instrumento para construção da qualidade da educação subsidia a organização e a dinâmica do trabalho pedagógico. Abrangendo a avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional, nas dimensões da auto-avaliação e avaliação em larga escala, esta Sala proporcionará conhecimento e análise de contribuições disponíveis na literatura com vistas à proposição de processos, procedimentos e instrumentos de avaliação a serem implementados na escola básica, tendo-se em conta os contextos específicos de trabalho dos coordenadores pedagógicos. Em relação à avaliação da aprendizagem, pretende-se que os coordenadores analisem concepções e práticas avaliativas dominantes em contextos escolares, com vistas a apreciar suas implicações nos processos de ensino e de aprendizagem e que identifiquem alternativas de vivência da avaliação colocadas a serviço da aprendizagem de todos os alunos. Em relação à avaliação institucional, espera-se que compreendam princípios e finalidades de um processo democrático de avaliação e que esbocem alternativas de implementação da avaliação institucional na escola, articulando a auto avaliação à avaliação externa.

Ementa:

Aspectos histórico e político da avaliação da aprendizagem. Finalidades, procedimentos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Conceituação, princípios e procedimentos de avaliação institucional. Organização do projeto de auto-avaliação da escola. Caracterização das políticas de avaliação em larga escala implantadas no Brasil, compreensão de seus delineamentos, instrumentos e resultados. Articulação entre auto-avaliação e avaliação externa.

Bibliografia Básica:

APPLE, M.I. e BEANE, J. (Org.). **Escolas Democráticas**. São Paulo : Cortez,1997.

SOUSA, C. P. de (Org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papyrus, 2004.

SOUSA, S. M. Zakia..L. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: LUCE, M. B. e MEDEIROS, I. L. P. (Org.). **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.135-142

THURLER, M. G. A Eficácia nas Escolas não se Mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. In: **Sistemas de Avaliação Educacional**. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 1998, p. 175-190.

VASCONCELLOS, C.S. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo: Libertad, 2003.

VIANNA, H. M. **Avaliações em Debate**: SAEB, ENEM, PROVÃO. Brasília: Plano Ed., 2003.

UNICEF, PNUD, INEP-MEC (Coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo : Ação Educativa, 2004.

SALA AMBIENTE – Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico. (45 horas).**Descrição Geral:**

O trabalho do Coordenador Pedagógico junto aos professores tem como um de seus objetivos a organização de estratégias de ensino que assegurem a todos o direito de aprender. Esta sala Ambiente desencadeará uma reflexão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano como processos que se estabelecem nas e pelas interações sociais. Nessa perspectiva, evidenciará a escola como contexto para o desenvolvimento humano, reconhecendo que nela se convive com diferentes experiências de infância, de juventude e de vida adulta. A diversidade, sendo o substrato da constituição dos diferentes sujeitos sociais que convivem no espaço escolar, será considerada na organização do trabalho pedagógico que visa a aprendizagem e a inclusão de todos.

Ementa:

A centralidade da aprendizagem nas práticas educativas escolares. Os sujeitos da aprendizagem. A relação entre coordenadores e professores no processo de ensino e aprendizagem. A ampliação dos espaços de aprendizagem e novas possibilidades de atuação do professor na escola.

Bibliografia Básica:

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.) **Psicologia do Ensino**. Porto Alegre : Artmed, 2000.

LOREDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento**. São Paulo : Casa do Psicólogo; Salvador: EDUFBA, 2004.

MARTINS, L.M. **A Formação Social da Personalidade do Professor: um enfoque vygtskiano**. Campinas/SP : Autores Associados, 2007. (Coleção Formação de Professores).

MOLL, L. C. **Vygotsky e a Educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica**. Porto Alegre : Artes Médica, 1996.

OLIVEIRA, M. K.; TRENTO, D; REG, T (Orgs.). **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo : Summus, 1992.

SALA AMBIENTE – Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. (45 horas).

Descrição Geral:

Esta Sala Ambiente tratará das práticas que dinamizam os processos comunicacionais nos ambientes educativos. Práticas, espaços ou ambientes comunicacionais distintos serão analisados em suas dimensões ética, estética, política e pedagógica, evidenciando-se como importantes meios de intervenção do Coordenador Pedagógico. Serão considerados, os limites e as potencialidades que os diferentes ambientes comunicacionais oferecem para propiciarem sociabilidade, produção e circulação de informações e de conhecimentos, atuações políticas e de participação social, especialmente no âmbito da escola envolvendo o Conselho Escolar e outras instâncias colegiadas.

Ementa:

A coordenação pedagógica e a gestão dos processos de comunicação e dos fluxos de informação no ambiente educativo em articulação com as instâncias colegiadas da escola. As dimensões ética, estética, política e pedagógica dos ambientes comunicacionais e das tecnologias da informação e da comunicação. Educação e comunicação como práticas culturais. Processos educativos mediados por ambientes comunicacionais e seus espaços e tempos de sociabilidades, de produção e circulação de informações e de conhecimentos, de atuações políticas e de participação social.

Bibliografia Básica:

LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas.** Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre : Sulina, 2002.

MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Org.). **Mídias, Esfera Pública e Identidades Coletivas.** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

SANTAELLA, L. **Culturas e Artes do Pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura.** São Paulo : Paulus, 2003.

SILVA, M. (Org.). **Educação Online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa.** São Paulo : Edições Loyola, 2006.

SALA AMBIENTE - Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. (45 horas)

Descrição Geral:

Esta sala tem por objetivo desenvolver discussões acerca das políticas para a Educação Básica no país e materializadas nos planos, programas e ações implementados pelo governo federal e suas implicações nas políticas educacionais municipais e estaduais. Considerando que as políticas educacionais impactam direta e indiretamente na gestão escolar e na organização do trabalho pedagógico, os conteúdos aqui propostos devem potencializar o olhar crítico do Coordenador Pedagógico sobre a gestão do trabalho escolar numa perspectiva democrática, de modo que este se reconheça como profissional cujas funções são estratégicas e necessárias na efetivação do direito à educação com qualidade e na promoção do trabalho coletivo. Para tanto, serão desenvolvidos conteúdos sobre os fundamentos legais, históricos, filosóficos e sociológicos da gestão democrática, relacionando-os com o papel do Coordenador Pedagógico na gestão escolar.

Ementa:

Política educacional e o princípio da gestão democrática: implicações necessárias no desenvolvimento e universalização da escola. A escola e a sala de aula como o *locus* de materialização da política educacional. Gestão democrática da educação e da escola: o trabalho de coordenação pedagógica. Financiamento da educação escolar pública: pressupostos, implicações e sua relação com a organização do trabalho escolar e com o direito à educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR): implicações na organização e gestão do trabalho pedagógico escolar.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, M. D. E. Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): evidências da implantação em escolas municipais. In: **Anais. ANPED**. 2005.

FERREIRA, E.B.; NOVAES, I.C.; CYPRIANO, A.M.C. **Gestão das políticas educacionais no Brasil: o desafio do PAR**. Vitória: ANPAE, 2008 ISSN 978-85-7078-138-3

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J.F. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): modernização, diretividade e controle da gestão e do trabalho escolar. In: **Anais. ANPED**, 2005.

CURY, C. R. J. A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V.23, n.3. Rio de Janeiro : ANPAE, set./dez. 2007. pp. 483-496.

OLIVEIRA, R. P. e ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. São Paulo : Xamã, 2007.

Pinto, J.M.R.. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo**. *Educ. Soc.*, Out 2007, vol.28, nº.100, p.877-897. ISSN 0101-7330

SALA AMBIENTE – Metodologia do Trabalho Científico (60 horas)

Descrição Geral:

Esta Sala Ambiente tem por objetivo a orientação teórico-metodológica do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e culminará com a apresentação deste trabalho, o qual constitui requisito imprescindível à obtenção do grau de especialista em Coordenação Pedagógica. O trabalho desenvolvido nesta sala pretende propiciar, além de uma orientação metodológica, um movimento de reflexão teórico-prático entre os conteúdos e atividades propostas nos demais ambientes deste curso de pós-graduação com a realidade cotidiana das instituições educacionais. Dessa forma, o TCC deve culminar na elaboração de uma proposta de ação que articule a organização do trabalho pedagógico e a realização de um ensino de qualidade na escola de educação básica onde atua o cursista.

Ementa:

Orientação teórico-metodológica para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estrutura e normas técnicas para a produção do Trabalho de Conclusão do Curso.

Bibliografia Básica:

GARCIA, R. L.(Org.). **Para Quem Pesquisamos, Para Quem Escrevemos: o impasse dos intelectuais**. São Paulo : Cortez, 2001.

OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo : Hucitec/UNESP, 1998.

RISTOFF, D. I. Quando Tamanho é Documento: por que Johnny escreve mais do que João. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama & Texto - Leitura Crítica, Escrita Criativa**. Vol. II. São Paulo : Edrupf, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo : Cortez, 2004.

SALA AMBIENTE – Tópico Especial. (30 horas).

Esta sala ambiente tem por objetivo o estudo de temas específicos que perpassam a organização do trabalho pedagógico. Cada Instituição formadora deverá escolher 1 (um) tema a ser desenvolvido nesta Sala Ambiente, para compor o currículo do curso. As ofertas apresentadas como Tópico Especial são:

Tópico 1 - Leitura e Formação de Mediadores

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento das práticas de leitura e a constituição de redes de comunicação mediadas pela escrita como importantes tarefas do trabalho pedagógico. Nos espaços escolares, as bibliotecas são lugares naturais de desenvolvimento da linguagem oral e escrita e ali se devem promover atividades que as potencializam, tais como rodas de leitura, recitais de poesia, encontros com escritores, concursos e festivais literários, coleta de narrativas orais, canto coral e teatro. Ao fomentar a inserção de estudantes e educadores nessas práticas sociais de leitura, a escola promoverá a apropriação da produção cultural que circula também em ambientes não escolares. Tendo esta compreensão, os Coordenadores Pedagógicos podem, nos espaços escolares em que atuam, promoverem experiências de leitura entre professores, bem como orientar a elaboração de planos e programas de formação de leitores.

Ementa:

A escola como ambiente de formação de leitores. A mediação pedagógica e o letramento literário na escola. Aprendizagens informacionais no contexto da biblioteca escolar. Leituras de professores, relatos autobiográficos e a formação de mediadores de leitura.

Bibliografia Básica:

- BAJARD, E. **Caminhos da Escrita: espaços de aprendizagem**. São Paulo : Cortez, 2002.
- KUHLTHAU, C. **Como usar a Biblioteca na Escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. Belo Horizonte : Autêntica, 2004.
- PERROTTI, E.; VERDINI, A. S. Entre a falta e o excesso de informação. In: PERROTTI, E. (Org.). **A Aventura de Conhecer**. Salto para o Futuro. Na XVIII, boletim 15, setembro de 2008. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância: 2008. p. 03-10.
- SOARES, M. A Escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: Evangelista, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **A Escolarização da Leitura Literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999. p. 17-48.

Tópico 2 - Qualidade da Educação Básica

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem como objetivo geral propiciar a reflexão teórica-prática sobre a “Qualidade da educação escolar”, envolvendo discussões tais como: condições de oferta do ensino; o acesso e permanência dos estudantes na escola; o ambiente educativo e o espaço físico escolar; a prática pedagógica e a avaliação; a gestão escolar democrática; a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola. Esses aspectos constituem indicadores relevantes na conceituação e definição da qualidade da educação escolar. O conteúdo desta Sala está organizado em duas unidades temáticas e tem como principais objetivos: a) contribuir para a identificação das condições, dimensões e fatores fundamentais (extra e intra escolares), relacionando-os às concepções de qualidade da educação; b) produzir uma matriz teórico-conceitual que venha a subsidiar a discussão de políticas voltadas à garantia da qualidade da educação.

Ementa:

A qualidade da educação escolar. Indicadores da qualidade na educação. Problematizar conceitos e definições de “qualidade” na educação.

Bibliografia Básica:

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: MEC/Inep, s/d.

FARENZANA, M. (Org). **Custo e Condições de Qualidade da Educação em Escolas Públicas: aportes de estudos regionais**. Brasília : Inep/MEC, 2005.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

Tópico 3 - Políticas e Programas de Educação (PNE, PDE, PAR)

Descrição Geral

Este Tópico Especial tem por objetivo geral oferecer subsídios teóricos e metodológicos que permitam o aprofundamento da análise sobre as atuais políticas educacionais estabelecidas em programas e projetos nacionais. O debate sobre a importância do planejamento na prática social da educação, nos diversos níveis da administração pública (União, estados, DF e municípios), será também estimulado. De modo específico serão analisados: o Plano Nacional de Educação (PNE), identificando o contexto político da época em que fora elaborado, sua tramitação no Congresso Nacional, suas propostas e os vetos presidenciais feitos a ele; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio da identificação de seus pressupostos teóricos e metodológicos, assim como o alcance de suas ações e o possível impacto sobre a realidade educacional; o Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*; o Plano de Ações Articuladas (PAR), identificando as contradições e mediações decorrentes da de sua implantação nos Sistemas de Ensino e nas escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Procurar-se-á evidenciar a relação entre as políticas, situando seus avanços, limites e antagonismos e a sua concretização na realidade

Ementa:

Políticas e programas atuais para a educação básica. Impactos das políticas nacionais de educação e de demandas locais na organização do trabalho escolar

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, J. M. L. **O Projeto Político-Pedagógico no Contexto da Gestão Escolar**. Elaborado especialmente para o Programa Salto para o Futuro. Tema: Gestão Democrática da Educação – Salto para o Futuro/TV ESCOLA.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.100, p.921-946, out., 2007.

FREITAS, L. C. de. Qualidade Negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, out 2005.

Tópico 4 - Fundamentos do Direito à Educação

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem por objetivo geral discutir os fundamentos do direito à educação. A garantia do direito à educação depende de políticas de gestão e de financiamento democráticas e contínuas, investidas de soluções concretas para resolver os problemas sociais e pedagógicos, os quais impactam quantitativa e qualitativamente nos índices de acesso e de permanência das crianças, jovens e adultos brasileiros nas instituições educacionais do País. A gestão democrática na escola é um requisito fundamental para o avanço do direito à educação como um serviço público e que deve ser oferecido com qualidade. São objetivos específicos desta sala: a) problematizar o conceito de direitos humanos e os seus desdobramentos no campo da educação; b) discutir a prática da gestão democrática como estratégia de ampliação da participação da comunidade escolar e do reconhecimento da educação como direito social; c) problematizar o papel do Estado na viabilização do direito à educação.

Ementa:

Perspectivas histórico-teóricas do direito à educação. Direitos humanos e direito à educação no Brasil. O papel do Estado na viabilização do direito à educação. A viabilização da educação como um direito no Brasil. O direito à educação: limites e perspectivas.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. Direitos humanos. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 1. Brasília : EdUnb, 1992.

COUTINHO, C. N. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

CURY, C. R. J. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

Tópico 5 - Oficina Tecnológica: construindo sítios na Web

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre o uso dos recursos tecnológicos no ambiente escolar para auxiliar os Coordenadores Pedagógicos na construção e publicação do sítio de sua escola na *Web*. Sob a ótica de que a construção desses sítios é objeto de ampla discussão e que eles podem propiciar mudanças significativas no cotidiano escolar, pretendemos evidenciar a importância do envolvimento de toda a comunidade. Os sítios de *internet*, pela utilização dos meios tecnológicos e seu grande alcance, contribuem para a ampliação de experiências de comunicação, colocando-se a serviço da construção e da socialização do conhecimento, bem como a inclusão digital e social de estudantes e de professores. Para construir um sítio, o usuário da *Internet* poderá ter acesso não só às informações necessárias, mas também aos programas editores de páginas HTML, disponíveis gratuitamente. Serão abordados conceitos básicos relacionados à *Internet* e à *Web* e a utilização das tecnologias específicas deste espaço virtual no campo da educação, tanto na aprendizagem quanto na gestão.

Ementa:

Conceitos básicos sobre *Internet* e *Web*. Tecnologia na educação. Implementando o sítio - montagem do sítio. Publicando na *Web*. Mantendo o sítio.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, M. A.; SETTE, S. S.; SETTE, J. S. A. **Formação de Professores e Informática na Educação: um caminho para a mudança**. Brasília : PROINFO, MEC, 2001.

NIELSEN, J. **Projetando Websites**. São Paulo: Campus, 2001.

SETTE, S. S. A Tecnologia Contribuindo para uma Escola Cidadã. MEC/SEED/TV ESCOLA - Salto para o Futuro. Série: **Retratos da Escola**. Boletim 11. p. 34. 2005.

WILLIAMS, R.; TOLLETT, J. **Web design para não Designers**. São Paulo: Ciência Moderna, 2001.

Tópico 6 – Saúde na Escola

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem o objetivo de oferecer subsídios para o aprofundamento dos conhecimentos e práticas relacionados à saúde, possibilitando sua inserção no Projeto Político-Pedagógico da escola. Serão problematizados três importantes temas, quais sejam: os conceitos de território e lugar, destacando a importância para o debate sobre a saúde da comunidade escolar; o pressuposto de que quando as questões relativas à saúde são consideradas no Projeto Político-Pedagógico da escola elas passam a integrar as decisões pedagógicas definidas pelo corpo docente e; a relação entre saúde e cidadania, considerando ser a saúde um direito de todos e dever do Estado. Desse modo têm-se como principais objetivos: a) Favorecer a reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento de ações pedagógicas atinentes à saúde, a partir da inserção das questões sobre esse tema no Projeto Político-Pedagógico; b) Identificar procedimentos que possam favorecer o desenvolvimento de ações pedagógicas na área de saúde no ambiente escolar; c) Propiciar o aprofundamento do conhecimento sobre os direitos em saúde vinculados à cidadania; d) Propiciar ao coordenador pedagógico condições para contribuir de forma efetiva nos processos de formulação de políticas públicas em educação e saúde.

Ementa:

Território e lugar - espaços de saúde. Questões da saúde no Projeto Político-Pedagógico da escola. Saúde como direito de cidadania.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Saúde. A Educação que Produz Saúde. **Comunicação e Educação em Saúde**, série F. Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

PINHEIRO, R. As Práticas do Cotidiano na Relação Oferta e Demanda dos Serviços de Saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Orgs.). **Os Sentidos da Integralidade na Atenção e no Cuidado à Saúde**. Rio de Janeiro : UERJ, IMS, ABRASCO, 2001.

SEGETS, D.. Saúde e doença: dois fenômenos da vida. **Curso de Formação dos Facilitadores de Educação Permanente em Saúde**. 2005.

_____. A Saúde como Experiência Subjetiva. **Curso de Formação dos Facilitadores de Educação Permanente em Saúde**. 2005.

Tópico 7 - Conselhos Escolares e Gestão Democrática

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem o objetivo de oferecer subsídios teóricos e metodológicos que permitam o aprofundamento dos conhecimentos sobre a gestão escolar democrática, especialmente no tocante aos conselhos escolares. Esse órgão colegiado é compreendido como um importante espaço de democratização do trabalho pedagógico. São objetivos deste tópico: a) incentivar o debate sobre o princípio constitucional da gestão democrática da educação; b) debater questões atinentes ao funcionamento dos conselhos escolares: seus objetivos, seus limites e suas possibilidades; c) identificar a contribuição do conselho escolar na gestão pedagógica; d) refletir e debater sobre a importância da presença do saber e da cultura do estudante no processo didático-pedagógico da escola; e) refletir sobre o exercício democrático e responsável do conselho escolar no acompanhamento das atividades da escola, especialmente com relação ao aproveitamento do tempo pedagógico; f) refletir sobre o fortalecimento dos mecanismos de democratização da escola, em especial do conselho escolar e dos processos de escolha de diretores por meio da análise dos desafios, limites e possibilidades da gestão democrática.

Ementa:

Gestão democrática como princípio constitucional. Conselho escolar como mecanismo de democratização da gestão escolar. Papel do conselho escolar na melhoria da educação básica.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1992.

PARO, V. **Por Dentro da Escola Pública**. São Paulo : Xamã, 1996.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo : Ática, 1997.

SENNET, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro : Record, 2004.

ANEXO 2 - Roteiro de Ações e Responsabilidades

ETAPA	AÇÃO	RESPONSABILIDADE
1	Elaboração do Projeto Básico e de Curso (Interinstitucional) • Concepção, Diretrizes e Projeto de Formação • Articulação/Definição das parcerias (CONSED/UNDIME/ANDIFES)	MEC
2	Produção do Material Didático-Pedagógico	MEC
3	Montagem do ambiente virtual de aprendizagem § Definição das categorias § Definição dos perfis/atribuições • Administrador geral do ambiente no MEC/SEB • Administrador do ambiente do Curso na IFES • Coordenador do curso • Coordenador da sala ambiente / de assistência • Professor da turma / Assistente da turma • Assistente do pólo presencial • Suporte Técnico § Transposição do conteúdo para as dez salas ambientes § Criação das turmas § Criação dos espaços de interação, de atividades e de avaliação (intra e extra turmas) • Criação de fórum dos cursistas (um para cada turma), moderado pelos assistentes da turma § Criação dos espaços de interação de gestão do curso • Criação de fórum dos coordenadores de salas ambientes e de assistência, moderado pelo coordenador e vice-coordenador do curso • Criação de fóruns dos docentes das turmas (um para cada sala ambiente), moderado pelo coordenador da sala ambiente • Criação de fórum dos assistentes das turmas, moderado pelo coordenador de assistência • Criação de fórum dos assistentes dos pólos, a ser moderado pelo coordenador de assistência § Replicação para as IFES	MEC
4	Constituição das Equipes das IFES: § Coordenação • Coordenador e Vice-Coordenador do Curso • Coordenadores de Salas Ambientes • Coordenador de Assistência § Docência • Docentes das turmas de cada Sala Ambiente § Assistência • Assistentes das turmas de cada Sala Ambiente § Apoio e suporte técnico • Técnicos	IFES
5	Elaboração e consolidação institucional do Projeto do Curso nas IFES	IFES
6	Elaboração e institucionalização dos acordos, transferências e convênios entre MEC-IFES-CONSED-UNDIME	MEC
7	Constituição da Equipe de Coordenação Local (SEDUC/UNDIME e IFES) para articulação com o MEC	IFES/SEDUC/UNDIME

8	Formação para as equipes constituídas abrangendo: § Plataforma do Ambiente Virtual (níveis específicos, por classe de equipe) § Projeto do Curso	EC
9	Inserção das Equipes no ambiente virtual § Cadastramento no sistema/plataforma § Alocação na função específica § Inserção das equipes nos fóruns de gestão	IFES
10	Inscrição e Pré-seleção dos Candidatos/Cursistas § Preenchimento de Ficha cadastral dos candidatos (MEC/IFES/SEDUC/UNDIME) o Impressa ou Digital ou On line (a critério de cada estado) § Pré-seleção dos candidatos • Critérios básicos do projeto, em especial: - acesso à Internet e disponibilidade de pelo menos 2 horas diárias para o curso - conhecimento básico do uso de editor de texto e internet - participação nos encontros presenciais • Critérios e normas das IFES • Critérios da SEDUC/UNDIME § Encaminhamento à IFES das fichas cadastrais dos candidatos pré-selecionados e planilha síntese contendo essas informações	SEDUC/UNDIME
11	Definição dos pólos presenciais de atendimento Constituição das Equipes Locais de: § Assistência • Assistentes nos pólos presenciais (professores multiplicadores, com dedicação de 20h semanais) • Inclusão dos assistentes dos pólos no fórum específico § Apoio e suporte técnico • Técnicos nos pólos presenciais	SEDUC/UNDIME
12	Formação das Equipes Locais abrangendo: § Plataforma do Ambiente Virtual (níveis específicos, por classe de equipe) § Projeto do Curso § Módulo Introdutório (para assistentes dos pólos)	IFES
13	Seleção e Matrícula dos Cursistas § Recebimento das fichas cadastrais dos candidatos pré-selecionados e planilha síntese contendo essas informações, encaminhadas pela SEDUC/UNDIME § Seleção e Matrícula dos candidatos aprovados nas IFES a partir das fichas cadastrais § Cadastramento dos cursistas no ambiente virtual • Importação da base de dados cadastral dos cursistas • Alocação dos cursistas nas respectivas turmas	IFES
14	Realização do Encontro Presencial, em articulação com a SEDUC/UNDIME, com os cursistas e equipes locais para apresentação do: § Projeto do Curso § Ambiente Virtual	IFES
15	Formação dos Cursistas, realizada pelos professores multiplicadores nos pólos e a distância, após Encontro Presencial § Sala de Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual – atividades presenciais nos pólos (24h - 3 dias) § Sala de Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual – atividades a distância (16h - 11 dias)	IFES/SEDUC/UNDIME

16	Desenvolvimento do Curso (a distância) – 360h – IFES, em parceria com a SEDUC/UNDIME	IFES
17	Hospedagem temporária dos sítios web das escolas, construídos pelos cursistas ao longo do curso	IFES
18	Hospedagem e definição de mecanismos de atualização dos sítios web das escolas, construídos ao longo do curso	SEDUC/UNDIME
19	Realização do Encontro Presencial de Encerramento do Curso, em articulação com a SEDUC/UNDIME § Apresentação dos TCC § Avaliação Final dos Cursistas	IFES
20	Elaboração de Relatório Final do Curso	IFES
21	- Acompanhamento e Avaliação contínua do Processo de desenvolvimento dos cursos nas IFES, realizada ao longo do curso e elaboração de relatório geral	MEC
22	- Seminário Internacional e intercâmbio de experiências	

ANEXO 3 – Distribuição de Funções

Função	Responsabilidades do Profissional
<p>Coordenação Geral do Curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 (um) Coordenador • 1 (um) Vice-Coordenador 	<p>⇒ Estabelecer relação permanente com a SEB/MEC;</p> <p>⇒ Cumprir e fazer cumprir o estabelecido no Acordo de Participação;</p> <p>⇒ Articular as ações decorrentes da implantação do curso, assegurando a unidade do programa;</p> <p>⇒ Coordenar a gestão do curso;</p> <p>⇒ Coordenar ações pedagógicas, administrativas e financeiras;</p> <p>⇒ Coordenar as ações de suporte tecnológico;</p> <p>⇒ Coordenar e acompanhar o processo de formação dos coordenadores das salas ambiente, dos professores e dos assistentes;</p> <p>⇒ Coordenar os processos de avaliação do curso;</p> <p>⇒ Encaminhar o processo de constituição da equipe técnico-pedagógica de gestão do curso na Universidade;</p> <p>⇒ Articular e negociar formas de colaboração com as instituições estaduais / municipais parceiras (CONSED, UNDIME, secretarias estaduais e municipais de educação e demais)</p>
<p>Coordenação de Sala Ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 (um) coordenador por Sala Ambiente. 	<p>⇒ Articular-se com a Coordenação Geral do curso;</p> <p>⇒ Cumprir o estabelecido no Acordo de Participação;</p> <p>⇒ Articular as ações decorrentes da implantação do curso, assegurando a unidade do programa;</p> <p>⇒ Coordenar a gestão acadêmica da sala ambiente;</p> <p>⇒ Orientar e acompanhar as ações de todos os professores das turmas da sala ambiente sob sua responsabilidade;</p>

	<p>⇒ Criar mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação do projeto de curso;</p> <p>⇒ Participar do processo de avaliação geral do Curso.</p>
<p>Docência</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 (um) Professor por turma 	<p>⇒ Articular-se com as Coordenações de Sala Ambiente;</p> <p>⇒ Cumprir o estabelecido no Acordo de Participação;</p> <p>⇒ Articular as ações decorrentes da implantação do curso, assegurando a unidade do programa;</p> <p>⇒ Desenvolver a gestão acadêmica da turma sob sua responsabilidade;</p> <p>⇒ Orientar e acompanhar as ações dos Assistentes de Turma</p> <p>⇒ Orientar o processo de elaboração do TCC.</p> <p>⇒ Participar do processo de avaliação geral do Curso.</p>
<p>Assistência de turma</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 (um) assistente por turma 	<p>⇒ Auxiliar os professores na gestão acadêmica da turma;</p> <p>⇒ Auxiliar os professores nos momentos presenciais do curso;</p> <p>⇒ Cumprir o estabelecido no Acordo de Participação;</p> <p>⇒ Articular as ações decorrentes da implantação do curso, assegurando a unidade do programa;</p> <p>⇒ Oferecer atendimento presencial no pólo local ao cursista da turma sob sua responsabilidade, no desenvolvimento de todas as salas ambientes;</p> <p>⇒ Criar mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação proposto no projeto de curso;</p>

<p>Assistência de Pólo.</p> <ul style="list-style-type: none">• 1 (um) representante de das redes estadual ou municipal em cada pólo.	<ul style="list-style-type: none">⇒ Articular-se com a Coordenação Geral do curso;⇒ Articular-se com as Coordenações de Salas Ambiente;⇒ Coordenar o atendimento continuado dos assistentes aos cursistas, nos pólos locais;⇒ Coordenar as ações dos assistentes nos momentos presenciais⇒ Cumprir o estabelecido no Acordo de Participação;⇒ Articular as ações decorrentes da implantação do curso, assegurando a unidade do programa;⇒ Acompanhar, monitorar e executar as atividades pertinentes;⇒ Promover a formação continuada dos assistentes de pólos presenciais;⇒ Participar do processo de avaliação geral do Curso;
---	--